

BF 2023

Publicado em março de 2024

BALANÇO FINANCEIRO 2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIJEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://epec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 01f1e6b1-b4ec-4708-9362-e226ec7ac44b

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL
CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f4feeb1-b4ec-4708-9362-e226ec7ac44b



BF
2023

Balanço Financeiro
Demonstração Contábil Consolidada

Publicado em março de 2024



BF
2023

Balço Financeiro
Demonstração Contábil Consolidada



APRESENTAÇÃO

O Balço Financeiro (BF) do Município foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como est aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizado de contabilidade, através do método das partidas dobradas, dos quais os registros contábeis atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, alterado pelo Decreto Federal nº 11.644, de 16 de agosto de 2023. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e/ou comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo da Consultoria e Assessoria em Administração Municipal (CAAM).

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro do município, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício de 2023, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício foi de R\$ 9.236.246,90 *superavitário*. A seguir será apresentado o Balço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202
458

Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202458

JOÃO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Prefeito

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

Assinado de forma digital
por JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://www.tce-pe.gov.br/gpp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=0f4eeb1b4dec47089362e220e7ac44d728>



Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I) (Nota 1)	170.900.903,85	154.241.936,22	Despesa orçamentária (VI) (Nota 6)	174.458.344,65	157.706.640,64
Ordinária	80.497.323,71	77.527.822,60	Ordinária	76.001.465,09	67.785.646,80
Vinculada	103.487.182,83	89.422.523,96	Vinculada	98.456.879,56	89.920.993,84
Recursos Vinculados à Educação	50.742.592,37	44.004.619,79	Recursos Destinados à Educação	51.487.274,14	47.589.323,90
Recursos Vinculados à Saúde	17.319.488,78	14.980.013,61	Recursos Destinados à Saúde	17.482.062,95	14.967.048,13
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	18.118.855,11	17.461.427,59	Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	19.615.369,34	18.166.989,51
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS			Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Vinculados à Assistência Social	1.173.803,44	2.628.647,59	Recursos Destinados à Assistência Social	1.331.369,91	1.024.791,92
Outras Destinações de Recursos	16.132.443,13	10.347.815,38	Outras Destinações de Recursos	8.540.803,22	8.172.840,38
(-) Deduções da receita	13.083.602,69	12.708.410,34			
Ordinária	13.083.602,69	12.708.410,34			
Vinculada	0,00	0,00			
Recursos Vinculados à Educação					
Recursos Vinculados à Saúde					
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS					
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS					
Recursos Vinculados à Assistência Social					
Outras Destinações de Recursos					
Transferências financeiras recebidas (II) (Nota 2)	40.387.338,83	49.299.934,55	Transferências financeiras concedidas (VII) (Nota 7)	40.387.338,83	49.299.934,55
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	40.387.338,83	49.299.934,55	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	40.387.338,83	49.299.934,55
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Recebimentos extraorçamentários (III) (Nota 3)	32.326.838,74	23.556.573,64	Pagamentos extraorçamentários (VIII) (Nota 8)	19.533.151,04	19.557.686,24
Inscrição de restos a pagar processados	12.402.757,16	6.107.428,53	Pagamento de restos a pagar processados	2.429.520,54	1.635.714,78
Inscrição de restos a pagar não processados	1.585.385,46	97.304,74	Pagamento de restos a pagar não processados	99.540,69	191.457,36
Depósitos restituíveis e valores vinculados	18.115.093,76	17.351.840,37	Depósitos restituíveis e valores vinculados	16.974.887,01	17.028.966,21
Outros Recebimentos Extraorçamentários	223.602,36		Outros Pagamentos Extraorçamentários	29.202,80	701.547,89
Saldo do Exercício Anterior (IV) (Nota 4)	12.304.233,38	11.770.050,40	Saldo para o Exercício Seguinte (IX) (Nota 9)	21.540.480,28	12.304.233,38
Caixa e equivalentes de caixa	9.128.257,83	8.677.411,47	Caixa e equivalentes de caixa	18.235.781,34	9.128.257,83
Investimentos e aplicações temporárias	3.175.975,55	3.092.638,93	Investimentos e aplicações temporárias	3.304.698,94	3.175.975,55
Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 5)			Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 10)		
Outros rendimentos			Outros rendimentos		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	255.919.314,80	238.868.494,81	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	255.919.314,80	238.868.494,81

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Bom Conselho, Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho, Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho, Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Bom Conselho, Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho, Fundo de Previdência do Município de Bom Conselho, Câmara Municipal de Bom Conselho

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520245
8

João Lucas da Silva Cavalcante
Prefeito

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139

Assinado de forma
digital por JOCIEDER
ARAUJO

Jociéder Araujo Mineiro
Contador
CRC - 027671/O-4



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Asses em: https://tce.ce.gov.br/pp/validaDoc.seam?codigo=09021399407

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação:

Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC)

a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB):

124-4 - Município.

a.3. Domicílio do órgão ou entidade:

Rua Vidal de Negreiros, nº43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000

a.4. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferência financeira feito pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”.

a.5. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do *International Federation of Accountants (IFAC)* através das *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)* das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.6. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam, conforme relação a seguir:

- 1) Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho (CVBC);
- 2) Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC);
- 3) Fundos Municipal de Saúde de Bom Conselho (FMS);
- 4) Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho (FMAS);
- 5) Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho (FME);
- 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente de Bom Conselho (FUNDECA);
- 7) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Bom Conselho (FPMBC).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO

Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

- O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.
- A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.
- Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foi incluído no saldo do exercício anterior e no saldo para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com a Resolução BACEN CMN nº 4.963/2021. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.
- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFM decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFM.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

e) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I) (Nota 1)	170.900.903,85	154.241.936,22
Ordinária	80.497.323,71	77.527.822,60
Vinculada	103.487.182,83	89.422.523,96
Recursos Vinculados à Educação	50.742.592,37	44.004.619,79
Recursos Vinculados à Saúde	17.319.488,78	14.980.013,61
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	18.118.855,11	17.461.427,59
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Vinculados à Assistência Social	1.173.803,44	2.628.647,59
Outras Destinações de Recursos	16.132.443,13	10.347.815,38
(-) Deduções da receita	13.083.602,69	12.708.410,34
Ordinária	13.083.602,69	12.708.410,34
Vinculada	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação		
Recursos Vinculados à Saúde		
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Vinculados à Assistência Social		
Outras Destinações de Recursos		
Transferências financeiras recebidas (II) (Nota 2)	40.387.338,83	49.299.934,55
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	40.387.338,83	49.299.934,55
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Recebimentos extraorçamentários (III) (Nota 3)	32.326.838,74	23.556.573,64
Inscrição de restos a pagar processados	12.402.757,16	6.107.428,53
Inscrição de restos a pagar não processados	1.585.385,46	97.304,74
Depósitos restituíveis e valores vinculados	18.115.093,76	17.351.840,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	223.602,36	
Saldo do Exercício Anterior (IV) (Nota 4)	12.304.233,38	11.770.050,40
Caixa e equivalentes de caixa	9.128.257,83	8.677.411,47
Investimentos e aplicações temporárias	3.175.975,55	3.092.638,93
Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 5)		
Outros rendimentos		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	255.919.314,80	238.868.494,81

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 170.900.903,85.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 40.387.338,83 e para aportes de recursos para o RPPS de R\$ 0,00, totalizando o valor de R\$ 40.387.338,83.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 32.326.838,74, sendo R\$ 13.988.142,62, relativo a inscrição dos restos a pagar, R\$ 18.115.093,76, decorrentes de depósitos e valores restituíveis e R\$ 223.602,36 de outros recebimentos extraorçamentários.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos no exercício anterior foi de R\$ 9.128.257,83, além de R\$ 3.175.975,55 em investimentos e aplicações temporárias. Foi incluído no saldo do exercício anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 3.175.975,55 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com Resolução BACEN CMN nº 4.963/2021, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, bem como em conformidade com o IPC nº 00. Estes

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Nota 5) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00 e de outros rendimentos foi R\$ 0,00.

Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa orçamentária (VI) (Nota 6)	174.458.344,65	157.706.640,64
Ordinária	76.001.465,09	67.785.646,80
Vinculada	98.456.879,56	89.920.993,84
Recursos Destinados à Educação	51.487.274,14	47.589.323,90
Recursos Destinados à Saúde	17.482.062,95	14.967.048,13
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	19.615.369,34	18.166.989,51
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS		
Recursos Destinados à Assistência Social	1.331.369,91	1.024.791,92
Outras Destinações de Recursos	8.540.803,22	8.172.840,38
Transferências financeiras concedidas (VII) (Nota 7)	40.387.338,83	49.299.934,55
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	40.387.338,83	49.299.934,55
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Pagamentos extraorçamentários (VIII) (Nota 8)	19.533.151,04	19.557.686,24
Pagamento de restos a pagar processados	2.429.520,54	1.635.714,78
Pagamento de restos a pagar não processados	99.540,69	191.457,36
Depósitos restituíveis e valores vinculados	16.974.887,01	17.028.966,21
Outros Pagamentos Extraorçamentários	29.202,80	701.547,89
Saldo para o Exercício Seguinte (IX) (Nota 9)	21.540.480,28	12.304.233,38
Caixa e equivalentes de caixa	18.235.781,34	9.128.257,83
Investimentos e aplicações temporárias	3.304.698,94	3.175.975,55
Depositos restituiveis e valores vinculados (Nota 10)		
Outros rendimentos		
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	255.919.314,80	238.868.494,81

Nota 6) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 174.458.344,65.

Nota 7) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 40.387.338,83.

Nota 8) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 19.533.151,04. Deste valor, os pagamentos de restos a pagar somam R\$ 2.529.061,23, enquanto os depósitos e valores restituíveis somam R\$ 16.974.887,01 e os outros pagamentos extraorçamentários totalizam R\$ 29.202,80.

Nota 9) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos ao final do exercício foi de R\$ 18.235.781,34. Os valores de investimentos e aplicações temporárias foram de R\$ 3.304.698,94. Ao compararmos o saldo ao final do exercício (R\$ 21.540.480,28) com o saldo final do exercício anterior (R\$ 12.304.233,38), nota-se uma variação positiva na ordem de R\$ 9.236.246,90.

Foi incluído no saldo para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 3.304.698,94 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com Resolução BACEN CMN nº 4.963/2021, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 9ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Nota 10) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O valor dos depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00, e de outros rendimentos foi R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BF.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFM e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO IX E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 217/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2 Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f4feb1-b4ec-4708-9362-e226ec7ac44b

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Transferências financeiras recebidas (II) (Nota 2)	40.387.338,83
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	40.387.338,83
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	
Transferências financeiras concedidas (VII) (Nota 7)	40.387.338,83
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	40.387.338,83
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.1.1.51.1.1 Cota parte do FPM.	10.042.017,61	0,00
1.7.1.1.52.0.1 Cota parte do ITR.	3.351,09	0,00
1.7.1.9.61.0.1 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022.	1.320,98	0,00
1.7.2.1.50.0.1 Cota parte ICMS Estado.	2.453.216,24	0,00
1.7.2.1.51.0.1 Cota parte IPVA	508.137,36	0,00
1.7.2.1.52.0.1 Cota parte IPI	8.330,58	0,00
1.7.2.9.53.0.1 Cota-Parte Transf. da Comp. Finan. c/ Perdas de Arrec. do ICMS LC - 194/2022	67.228,83	0,00
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	0,00
Total	13.083.602,69	0,00

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 183.984.506,54, enquanto as deduções somam R\$ 13.083.602,69, representando o valor líquido de R\$ 170.900.903,85.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 E STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis	Secretaria da	01/01/2021	Concluído

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f4feb1-b4ec-4708-9362-e220ec7ac44b

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f4feb1-b4ec-4708-9362-e220ec7ac44b

	conforme MCASP.	Fazenda		
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2020	Concluído parcialmente
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2023	Concluído parcialmente
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por			

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIÉDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stee.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f4feb1-b4ec-4708-9362-e220ec7ac44b

competência.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2026	Concluído
Ação	21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2027	Concluído
Ação	22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2028	Não se aplica
Ação	23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2028	Não se aplica
Ação	24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis	Secretaria da	01/01/2028	Em andamento

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f4feb1-b4ec-4708-9362-e220ec7ac44b

	conforme MCASP.	Fazenda		
Ação	25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	26. Reconhecimento, mensuração e evidência Receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	27. Despesas de Transferência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	01/01/2030	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a	Secretaria da Fazenda	Imediato	Concluído

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

	"Nova" estrutura do MCASP.			
--	----------------------------	--	--	--

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202458

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139940
7

Assinado de forma digital
por JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

João Lucas da Silva Cavalcante
Prefeito

Jociéder Araújo Mineiro
Contador
CRC PE - 027671/O-4

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0f4feb1-b4ec-4708-9362-e226ec7ac44b